

ENTRE A GRANDEZA E A MESMICE

*** Roberto Rodrigues**

Terminada a longa interinidade determinada pelas regras inerentes ao processo de impeachment, o "novo" governo se vê agora investido da responsabilidade que se propôs: criar as condições para a retomada sustentável do desenvolvimento do país, a partir de um ciclo de investimentos que volte a gerar empregos, riqueza e renda para a nação, removendo velhos obstáculos que tem inibido esse projeto.

Analistas das mais diversas formações e ideários tem apontado uma série de ações que o governo precisa adotar rapidamente.

A primeira delas, fundamental para a volta da confiança de investidores e trabalhadores, é o ajuste fiscal. Ninguém se atreverá a fazer grandes aplicações financeiras de caráter produtivo sem clareza quanto à verdadeira correção das contas públicas destruídas pelo governo que terminou. E a discussão do tema já vai avançada junto ao Congresso Nacional e às associações de empregadores e empregados, ainda que muitas delas tenham pouca representatividade.

A segunda, sem que isso represente ordem prioritária, é a segurança jurídica. As regras tem que ser claras e permanentes. Não haverá confiança se investimentos forem ameaçados por quebras de contratos, se invasões urbanas e rurais não tiverem o tratamento jurídico adequado.

Nesse mesmo capítulo se insere a terceira ação essencial: as concessões do governo para empresas privadas investirem em logística e infraestrutura. Este é um dos maiores gargalos para a interiorização do desenvolvimento e para o acesso competitivo a mercados externos. As concessões precisam garantir retorno aos investimentos e a certeza de que não haverá mudanças nas regras contratadas.

O quarto ponto tem dificuldades políticas maiores: reforma da previdência. Vários governos passados, inclusive o último, falaram disso e iniciaram tratativas infrutíferas. Há poderosos setores laborais contrários a qualquer mudança que represente perdas de privilégios, tanto no setor público quanto no privado. Mas isso terá que acontecer. O país não aguenta o atual modelo previdenciário e tanto parlamentares quanto lideranças sindicais precisam pensar nisso, no futuro do país, e não no de seus representados. Aliás, esses representados não poderão também conviver com a previdência quebrada.

E depois vem outras reformas legislativas, das quais a mais complicada é a trabalhista, que tem que evoluir na direção de maior flexibilização nas negociações entre patrões e empregados, com equilíbrio entre deveres e obrigações.

Claro que a reforma política e a reforma tributária são essenciais, e ambas vem patinando há anos entre a boa vontade de alguns e a má vontade de muitos. Mas é preciso modernizar essas instâncias sob pena de nada mais funcionar.

E por fim há a questão da produtividade do trabalho e a da inovação tecnológica. Não seremos competitivos sem avançar nesses dois temas, ligados diretamente ao célebre déficit educacional do Brasil.

Esta lista de tarefas precisa ser enfrentada, entre muitas outras de interesses mais setoriais, como os gargalos que afetam a competitividade do agro, força motriz da economia nacional. Mas essas são de interesse geral e não podem esperar. O governo tampão de Temer pode escolher como será avaliado pela história: ou ataca com vigor, sabedoria e equilíbrio estas coisas todas e assim será reconhecido como aquele que deu a largada ao progresso e desenvolvimento do país, ou fica nos discursos vazios, prisioneiro dos mesmos modelos de pressão com os quais temos sido castigados há tantos anos.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Presidente do LIDE Agronegócio**

GLOBO RURAL - SET/2016 - ENTRE A GRANDEZA E A MESMICE

